

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.103 - MT (2019/0354336-3)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : D M DE F (PRESO)  
**ADVOGADO** : HUR-CARLOS SANTOS FRANÇA - MT022850  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por D M DE F contra a decisão monocrática proferida por Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso no julgamento do HC n. 1014658-68.2019.8.11.0000.

De acordo com os autos, o recorrente "*foi condenado a 21 (vinte e um) anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal, pela prática do delito de estupro de vulnerável majorado em continuidade delitiva (artigo 217-A, caput, c/c artigo 226, inciso II, na forma do artigo 71, caput, todos do Código Penal) em concurso material (artigo 69 do CP) com o delito de armazenamento de registros contendo pornografia infantil (artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente), restando pendente o julgamento do recurso de apelação criminal*" (e-STJ fl. 87).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal *a quo*, sustentando que "*a prisão cautelar do paciente é nula, uma vez que foi mantida na sentença condenatória, que, por sua vez, está lastreada em prova ilícita*", pois "*o aparelho telefônico do pretenso beneficiário foi apreendido e vistoriado pelo investigador de polícia sem que houvesse autorização judicial ou do próprio paciente para tanto, de modo a caracterizar a ilicitude na obtenção da prova*" (e-STJ fl. 87).

Contudo, a Desembargadora relatora Glenda Moreira Borges em decisão monocrática não conheceu da impetração (e-STJ fls. 87/90).

Na presente irresignação recursal, a defesa reitera a tese de nulidade suscitada na origem.

Diante desse contexto, requer, "*em sede liminar, a expedição de alvará*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*de soltura em favor do Paciente, assim como a suspensão do processamento da ação penal, que atualmente se encontra em fase recursal. No mérito, requer o reconhecimento da nulidade suscitada, assim como o desentranhamento da prova ilícita do processo e a repetição dos atos contaminados" (e-STJ fl. 102).*

É, em síntese, o relatório.

Insurge-se a defesa contra decisão singular de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, contra a qual seria cabível agravo regimental, o qual, aparentemente, não foi interposto, o que impossibilita o conhecimento deste recurso.

Nesse sentido tem-se orientado a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça:

*[...] 1 - Indeferida liminarmente a impetração no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não tem como esta Corte, na via eleita, julgar o mérito da contenda.*

*2 - Não havendo pedido para que a instância de origem julgue a matéria de fundo, a negativa de seguimento a este habeas corpus é de rigor.*

*3 - A não ser assim, estará o Superior Tribunal de Justiça censurando a própria decisão de primeiro grau, o que não é possível.*

*4 - Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 344.975/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 23/2/2016, grifei.)*

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente, de modo que correta foi a decisão que indeferiu liminarmente o recurso ordinário em habeas corpus que atacava decisão monocrática que extinguiu o writ de origem.*

*2. Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal*

**no Tribunal Superior.**

3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no RHC n. 60.261/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 3/8/2015, grifei.)

Na mesma esteira, colhem-se os seguintes julgados do Supremo Tribunal

Federal:

**HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE NOVOS CAUSÍDICOS. INTIMAÇÃO IRREGULAR. NULIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.**

**1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática, indeferitória de writ, do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou, ausente o manejo de agravo regimental. Precedentes.**

[...]

3. *Ordem de habeas corpus concedida de ofício.* (HC 129.553, relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 13/10/2015, grifei.)

**DIREITO PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. CRACK. DOSIMETRIA DA PENA. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

**1. Inexistindo pronunciamento colegiado do Superior Tribunal de Justiça, não compete ao Supremo Tribunal Federal examinar a questão de direito implicada na impetração. Da mesma forma, não é admissível a utilização do habeas corpus em substituição à ação de revisão criminal.**

**2. A quantidade e a natureza da droga, se não analisadas na primeira fase da dosimetria da pena, constituem fundamentos para a eleição do percentual de diminuição de pena decorrente da incidência do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Precedentes do Plenário do Supremo Tribunal Federal.**

**3. Agravo regimental a que se nega provimento.** (HC 128.840 AgR, relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe 31/08/2015, grifei.)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, considerando que a irresignação da defesa nem sequer foi apreciada pelo órgão colegiado do Tribunal *a quo*, fica obstada a análise das alegações por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância, a violar o disposto nos arts. 105, inciso II, alínea "a", da Constituição da República e 13, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que não constam nos autos elementos que demonstrem a existência de acórdão da Corte de origem apreciando o tema objeto desta irresignação recursal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o recurso**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator